

Guilherme Neuenschwander Figueiredo

**PRIVACIDADE E AS TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NO CONTEXTO LABORAL:
OS LIMITES DO PODER DIRETIVO**

Appris
editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2021 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

F475p Figueiredo, Guilherme Neuenschwander
2021 Privacidade e as tecnologias de informação e comunicação no contexto
laboral : os limites do poder diretivo / Guilherme Neuenschwander Figueiredo.
- 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.
149 p. ; 21 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-0241-5

1. Tecnologias da informação – Trabalho. 2. Trabalhadores –
Privacidade. 3. Direitos fundamentais. I. Título. II. Série.

CDD - 344

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.

Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês

Curitiba/PR – CEP: 80810-002

Tel. (41) 3156 - 4731

www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DIREITOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA CONDIÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL 15

1.1. Generalidades.....	15
1.2. Os direitos da personalidade: conceito, terminologia, características e objeto.....	16
1.3. Do direito geral da personalidade humana.....	20
1.4. Os direitos de personalidade e a dignidade da pessoa humana.....	22
1.5. Os direitos de personalidade e os direitos fundamentais: paralelismos..	25
1.6. A tutela geral dos direitos da personalidade nas relações de trabalho	28
1.7. Os direitos da personalidade no Código do Trabalho em Portugal	31
1.8. Da eficácia civil dos direitos fundamentais sociais.....	34

CAPÍTULO II

A PRIVACIDADE E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA RELAÇÃO DE TRABALHO..... 39

2.1. Generalidades.....	39
2.2. A privacidade: sua historicidade e sua evolução jurídica.....	40
2.3. Intimidade e privacidade: terminologia.....	43
2.4. Da privacidade na relação de trabalho.....	46
2.5. A autodeterminação informativa e a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores.....	49
2.5.1. Dos dados sensíveis dos trabalhadores	53

CAPÍTULO III

DO PODER EMPREGATÍCIO E SUA DA (IM)POSSIBILIDADE DE HARMONIZAÇÃO COM A PRIVACIDADE DO TRABALHADOR..... 57

3.1. Do direito fundamental à liberdade de iniciativa econômica privada e do direito de propriedade.....	57
--	----

3.2. Do contrato de trabalho sob o pálio da liberdade e da autonomia de vontade do empregador.....	58
3.3. O poder empregatício: conceito e caracterização	60
3.4. Espécies do poder empregatício: diretivo, disciplinar e regulamentar	63
3.5. Fundamentos do poder empregatício	64
3.6. Natureza jurídica do poder empregatício	67
3.7. Os limites do poder empregatício.....	68
3.8. O poder diretivo (e de controle) no contexto das NTIC	71
3.8.1. O poder diretivo no contexto do teletrabalho.....	74
3.9. Do direito à desconexão como contraponto ao avanço tecnológico e fator limitador do poder diretivo.....	76

CAPÍTULO IV

DAS NTIC NAS RELAÇÕES DE TRABALHO – PROPRIEDADE VERSUS PRIVACIDADE

4.1. Generalidades.....	81
4.2. Do controle da navegação na internet no contexto laboral e da “razoável expectativa da privacidade”	83
4.2.1. A atuação da CNPD no contexto da proteção da dados (internet)....	85
4.2.2. Precedentes judiciais e proteção de dados no Brasil	90
4.2.3. Da reserva da confidencialidade de acesso à informação	94
4.2.4. Do controle extralaboral e redes sociais.....	95
4.3. Da utilização do e-mail.....	98
4.4. Da utilização do e-mail corporativo	103
4.5. Da instalação de câmeras de vigilância na empresa – fiscalização a distância	109
4.5.1. Dos meios de prova.....	113
4.6. Do exercício do poder da empresa no tratamento de dados provenientes da geolocalização no contexto laboral.....	116
4.7. Da resolução do conflito entre normas de direito fundamental: o princípio da proporcionalidade e a técnica da ponderação.....	121

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS